

Governo pretende pagar perdas com o ICMS até novembro

Governo pretende pagar perdas com o ICMS até novembro

Compensação destinada a Estados e municípios chega a R\$ 27 bilhões, mas União prevê antecipar R\$ 10 bilhões que seriam pagos em 2024

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que o governo pretende pagar até o fim de outubro ou início de novembro a parcela de recursos para compensação das perdas de Estados e municípios com a redução das alíquotas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A medida está prevista no PLP (Projeto de Lei Complementar) 136/23, que está em tramitação no Senado.

Padilha falou após reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com ministros líderes do governo no Parlamento para discutir a pauta da semana no Congresso e os projetos prioritários do Executivo.

A compensação das perdas

com o ICMS, imposto administrado pelos Estados, ocorre por causa de leis complementares adotadas em 2022, que limitaram as alíquotas sobre combustíveis, gás natural, energia, telecomunicações e transporte coletivo, impactando na arrecadação dos entes federativos.

No Grande ABC, o repasse de recursos relativos ao ICMS caiu 16,4% nos nove primeiros meses de 2023 na comparação com o mesmo período de 2022. O envio feito pela Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo) até este mês foi de R\$ 1,6 bilhão, enquanto de janeiro a setembro do ano passado foi de R\$ 1,9 bilhão.

O PLP prevê compensação

total de R\$ 27 bilhões em razão das mudanças nas alíquotas, que será paga até 2026. O montante foi negociado entre o Ministério da Fazenda e os governos estaduais, e homologado pelo STF (Supremo Tribunal Federal), em junho.

Na semana passada, o governo anunciou que antecipará R\$ 10 bilhões, previstos para serem pagos em 2024. Outra medida prevista no projeto é uma compensação aos municípios pela queda, de julho a setembro, nos repasses do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Desta forma, prefeituras receberão um adicional de R\$ 2,3 bilhões.

Além delas, há ainda a retomada do piso constitucional para investimentos em saúde,



PADILHA. Ministro das Relações Institucionais cravou antecipação

congelado com o teto de gastos e restituído pelo novo arcabouço fiscal. O piso de gastos para a saúde requer que o governo destine até R\$ 21 bilhões à área ainda este ano.

"Então, essas três mudanças estão no PLP 136/23, que foi aprovado na Câmara, foi para o Senado, e nós vamos trabalhar intensamente junto aos senadores para esse voto o mais rápido possível. Se concluirmos a votação ainda no mês de outubro, vem para a sanção presidencial, e nós podemos, já no fim do mês de outubro,

no começo de novembro, dar essa ajuda adicional, essa parcela extra de recursos para o Fundo de Participação dos Municípios", disse Padilha.

Também no Senado estão os projetos para retomada de obras da educação, que inclui a renegociação de dívidas do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), e o Desenrola, programa especial de renegociação de dívidas de consumidores. A previsão do ministro Padilha é de aprovar os textos como foram aprovados pelos deputados. (da AB)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia **Página:** Capa + página 05